



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

PROCESSO

Nº 3.278/2025

NOME: Câmara Municipal

SÚMULA: Projeto de Lei Nº 3.278/2025

ASSUNTO: Altera a redação do art. 4º da Lei
nº 3.132, de 28 de janeiro de 2025,
Bônus Temporários de Encargos.

DESTINO:



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
TAVARES - RS**

"O PARLAMENTO ABERTO PARA O POVO"

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer nº 112/2025

A Comissão permanente acima citada reuniu-se nesta data, para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.278/2025 encontra-se viável para votação em plenário.

Sala da Comissão, 16 de dezembro 2025.


Elis Rodrigues
Presidente CCJ


Jaridel Porto
Relator CCJ


Leone Machado
Secretario CCJ

Parecer Aprovado

(03) a (00)

OBS....

Porto Alegre, 8 de dezembro de 2025

Orientação Técnica IGAM nº 24.940/2025.

I. A **Câmara Municipal de Tavares** solicita ao IGAM, análise técnica sobre Projeto de Lei nº 3.278, de 2025, que altera o art. 4º da Lei nº 3.132, de 2025, para ampliar prazo de vigência de contratações temporárias no âmbito municipal.

II. O projeto em análise modifica o prazo das contratações temporárias inicialmente previsto de 10/02/2025 até 31/12/2025, para vigorar até 31/12/2026, com possibilidade de prorrogação por mais 40 dias.

A medida justifica-se pela busca de economicidade ao evitar custos imediatos com rescisões, pela agilidade no planejamento do próximo ano letivo e pela garantia de qualidade educacional assegurada pela continuidade das atividades docentes.

Entretanto, recomenda-se um maior detalhamento nas exposições, visto que os custos de rescisões não podem ser um balizador na renovação de contratos temporários, assim como em casos excepcionais e urgentes que não há tempo hábil para realização de novo certame.

O STF possui a posição que a vigência máxima de contratos temporários é de dois anos, conforme a ADI 3649. Diante disso, a prorrogação é viável, visto que não extrapolar esse prazo.

III. Conclui-se, o Projeto de Lei nº 3.278, de 2025, é viável. Contudo, recomenda-se um maior detalhamento das motivações do ampliado de vigência do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Projeto de Lei nº 3.278/2025

Senhora Presidente,

Nobres Vereadores,

O presente Projeto de Lei visa a alteração da redação do Art. 4º da Lei Nº 3.132, de 28 de janeiro de 2025, Contrato Temporário de Trabalho.

Justifica-se tal solicitação devido a levantamento de previsão de custos financeiros realizados por esta secretaria, considerando o custo com das rescisões dos contratos, além da agilidade no dimensionamento do próximo ano letivo. É preciso também ressaltar a qualidade das atividades quando há uma sequência de trabalhos dos professores. Portanto esta solicitação visa garantir a manutenção e melhoria contínua dos nossos educacionais, refletindo nosso compromisso com a excelência e a inclusão.

Visando uma melhor organização dos processos públicos, visando a economicidade e tendo em vista que uma contratação temporária pode acontecer pelo período de até dois anos, sendo a lei prevista para um prazo de apenas um ano, optamos por solicitar a prorrogação da mesma.

Esperamos contar com a colaboração dos Nobres Vereadores, desde já agradecemos à atenção prestada.

Tavares, 01 de dezembro de 2025.


Gilmar Ferreira de Lemos
Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PROJETO DE LEI Nº 3.278
DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

APROVADO
Anonimidade
Em 16/12/25
Presidente

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 4º DA LEI Nº 3.132, DE 28 DE JANEIRO DE 2025, CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO.

Elis Regina
PROG

Enio Vieira
Vereador

Art. 1º- Altera a redação do Art. 4º da Lei Nº 3.132, de 28 de janeiro de 2025, autoriza o Executivo Municipal a firmar Contrato Temporário de Trabalho, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Izabel Ros
Vereador

Art. 4º- As contratações serão de 10 de fevereiro de 2025 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogada por mais 40(quarenta) dias em caso de real necessidade administrativa.

Jardel Ant
Vereador
PROGRE

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leone
Vereador

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAVARES, aos 01 dias do mês de dezembro de 2025.

Nardel Rodrigues
Vereador
PDT

Gilmar
Gilmar Ferreira de Lemos
Prefeito Municipal

Volmir
Volmir Vieira
Vereador

PREFEITO MUNICIPAL DE TAVARES - RS
21/12/25
16/12/25
2022

Porto Alegre, 18 de setembro de 2025.

Orientação Técnica IGAM nº 19.601/2025.

I. O Poder Executivo de Tavares solicita orientação técnica acerca do questionamento abaixo transcrito:

Solicito orientação sobre a renovação dos contratos temporários visto que as leis estão com data fim dia 31/12/2025, conforme os anexos. Para a administração gera um custo pagar as rescisões e em 30 dias fazer as contratações novamente, sendo que as contratações temporárias estão sendo realizadas conforme a lista de aprovados do concurso público. E se fosse possível a prorrogação facilitaria no dimensionamento do quadro de professores e funcionários para 2026.

II. Análise técnica

A Lei nº 3.118/2025 do Município de Tavares autoriza contratações temporárias até 31/12/2025, admitindo prorrogação por mais 40 dias em caso de necessidade administrativa. O fundamento constitucional para contratações temporárias no art. 37, IX, da Constituição Federal, que exige previsão legal específica, prazo determinado e necessidade temporária de excepcional interesse público.

O Supremo Tribunal Federal consolidou entendimento de que a prorrogação indefinida de contratos temporários é vedada, e que a lei municipal deve delimitar claramente o prazo e a excepcionalidade da contratação, sob pena de não atender aos critérios definidos no tema de repercussão geral nº 612.

No caso concreto, a lei municipal fixa o termo final em 31/12/2025, possibilitando de prorrogação por apenas 40 dias. Não há previsão legal para prorrogação desse limite. Neste caso, para o aumento do prazo da contratação é necessário a alteração do art. 4º da Lei nº 3118, de 2025, estabelecendo novo prazo das contratações, mantendo os mesmos contratados.

MAM

O procedimento legislativo deve ser feito nas demais leis, cujo prazo de vigência venha a expirar em 31/12/2025. Portanto, a alteração legislativa deve ser realizada dentro deste prazo.

13/04/2025

Considerando

Considerando os pontos destacados no item II e que as contratações de pessoal, bem como a sucessiva prorrogação, a fim de provimento efetivo das vagas, não podem modificar o dispositivo legal das leis autorizativas das contratações, antes do encerramento da sua vigência, para o aumento do prazo de vigência por lei.

Para que isto ocorra, será necessário que seja proposto por projeto de lei a alteração legal do prazo das leis autorizativas, como por exemplo, a Lei nº 13.118/2025.

disposição.

[Assinatura]

IGAM